O ENSINO DA INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO

Irma Marcia Veloso Ledo
Instituto Federal Baiano, Bom Jesus da Lapa, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0004-5947-4224
Endereço eletrônico: marciairma42@gmail.com

Pedro Athílio Ledo Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
Endereço eletrônico: pedroath766@gmail.com

Palavras-chave: educação; diferenças/surdez; ensino.

INTRODUÇÃO

Nos espaços educacionais acontece a educação intercultural formal que é influenciada pela sociedade e influencia no meio de maneira dialética, através da interferência na formação humana, nesta perspectiva é considerável a relevância da educação formal para a sociedade e para que as mudanças sociais possam existir através da formação crítica e reflexiva do ser humano.

Orientações sobre como educar na integração, intercultural idade e igualdade, por meio do trabalho colaborativo. Especialista em terapia estratégica, ela também nos explica como podemos fazer intervenções estratégicas em sala de aula, analisando cada caso individualmente.

Foi na década de 60 que as línguas de sinais foram estudadas e analisadas. Pesquisas com crianças Surdos de pais surdos estabelecem que a aquisição precoce da Língua de Sinais dentro do lar é um benefício e que esta aquisição precoce da Língua de Sinais dentro do lar é um benefício e que esta aquisição contribui para o aprendizado da língua oral como segunda língua para os Surdos.

A LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) teve sua origem na Língua de Sinais Francesa. As línguas de sinais não são universais. Cada país possui sua própria língua de

sinais que sofre as influências da cultura nacional. Bem como qualquer outra língua, ela também possui expressões que diferem de região (regionalismo), o que a legitima ainda mais como língua.

Infelizmente, todas as conquistas em relação aos artefatos tecnológicos não foram suficientes para influenciar uma prática de mudanças no processo continuo de exclusão de pessoas com deficiência no âmbito educacional. É inteiramente importante mencionar aqui o tratamento dispensado às pessoas com deficiência no processo da história, lembrando que muitos fatos foram omitidos da história oficial, porque parece não ter havido uma preocupação, por diversos motivos, em documentar algo a respeito de pessoas que eram totalmente excluídas da sociedade.

METODOLOGIA

Nesse caso, eu poderia afirmar que a "surdez" é uma das "diferenças empíricas" do aluno surdo, que por ter essa "diferença empírica - a surdez" - identificada, passa a ser considerado "o diferente", "o especial", "o anormal", quando comparado a um aluno ouvinte, possível transformar a sociedade por meio da educação intercultural.

Surgiram tentativas de esconder os preconceitos em torno do indivíduo com deficiência criando políticas públicas de integração nas escolas, que foi entendida como uma tentativa de melhorar o desempenho das pessoas com deficiência, elas deveriam se esforçar para acompanhar os demais da turma na qual estava inserida; atitudes como essa ainda são possíveis de serem encontradas em nossa realidade, infelizmente.

Preciso também buscar no convívio com os surdos para poder interagir em Libras a abordagem intercultural nas escolas. Devido a um desses motivos levantados, o impacto que o projeto deve causar é a empatia quando um se coloca no lugar que não possui audição, mas que consegue falar em libras, para que possa ter uma comunicação mais viável ao próprio do mundo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Hoje, falamos de inclusão nesta perspectiva implica mudanças significativas nas atitudes das pessoas, nos espaços físicos e nas práticas educacionais, forçando professores e gestores a buscarem informação e formação adequada. Mesmo assim, existem municípios

que não fizeram, nem sofreram nenhuma modificação e nem se quer matricularam alunos com deficiência reforçando o fenômeno da invisibilidade dos deficientes nos espaços educativos e sociais; o papel dos centros educativos neste processo de transformação.

Todo o trabalho até aqui é feito à luz de pensadores preocupados com a prática educativa inclusiva como: Montoan, Quadros, Paulo Freire, Silva entre outros e tendo como base os direitos conferidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Entre a exclusão e inclusão escolar e social, foi percorrido duramente um longo caminho.

> A educação tem hoje, portanto, um grande desafio: o acesso aos conteúdos básicos da escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos – inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais, particularmente alunos que apresentam altas habilidades, precocidade, superlotação; condutas típicas de síndrome/quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos; com deficiências, ou seja, alunos que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrente de fatores genéticos, inatos ou ambientais, de caráter temporário ou permanente e que, em interação dinâmica com fatores sócios ambientais, resultam em necessidades muito diferenciadas da maioria das pessoas. (BRASIL, 2001, p. 21 e 22)

Apenas uma característica diferencia a criança deficiente das outras crianças denominadas normais, que é justamente o fato de a última encontrar mais facilmente soluções para construir sua pessoa ainda que o contexto não seja facilitador, pois a criança com deficiência acaba se esbarrando nos limites provenientes dessa deficiência que são fortalecidos por uma sociedade que primeira enxerga a deficiência e depois percebe o ser humano com deficiência.

> [...] Exige-se, assim, que as relações interpessoais e o fazer pedagógicos sejam postos em discussão evitando-se, dessa forma, que sejam camuflados ou projetados no aluno, a quem, na maioria das vezes, se atribui o fracasso escolar em virtude de suas carências ou deficiência. (Bruno, 2006, p. 27)

Diante do exposto, emerge a necessidade das pessoas com surdez buscarem outras formas para adquirirem a linguagem de maneira que valorizem o sentido visual, já que os sonoros não são efetivos. Vale ressaltar que, a dificuldade dos surdos está ligada a impossibilidade de aquisição natural das línguas auditivo-orais, não por causa de questões orgânicas relacionadas à surdez, mas sim por causas de suas repercussões sociais e culturais em uma sociedade majoritariamente ouvinte.

Segundo Damázio (2007), o Decreto 5.626/05 que regulamentou a Lei da Língua

Brasileira de Sinais – LIBRAS prevê a organização de turmas bilíngues, constituídas por alunos surdos e ouvintes onde as duas línguas, Libras e Língua Portuguesa são utilizadas no mesmo espaço educacional. Além disso, esse Decreto define ainda, que a LIBRAS é a primeira língua dos alunos com surdez e a Língua Portuguesa é a segunda na modalidade escrita, lembrando também que esse Decreto orienta a formação de professores e intérpretes de Libras e profissionais para o ensino da Língua Portuguesa.

Bruno (2006), observa-se, na prática, em especial nas regiões periféricas dos grandes centros urbanos e nas cidades do interior, que o atendimento ocorre em creches comunitárias, na esfera da assistência. Os profissionais que atuam nessa faixa etária, tanto professores como recreadores, não têm formação no campo das especificidades da infância e do conhecimento pedagógico que lhes permita trabalhar com os conceitos de interculturalidade, flexibilidade, adequação curricular e educação bilíngue.

Assim, o foco do trabalho deve ser a transformação das práticas pedagógicas excludentes em inclusiva, pois se compreende o homem como um ser dialógico, transformacional, inconcluso, reflexivo uma síntese de múltiplas determinações num conjunto de relações sociais, com capacidade de idealizar e de criar.

CONCLUSÕES

Preciso também buscar no convívio com os surdos para poder interagir em Libras. Devido a um desses motivos levantados, o impacto que o projeto deve causar é a empatia quando um se coloca no lugar que não possui audição, mas que consegue falar em libras, para que possa ter uma comunicação mais viável ao próprio do mundo.

Para esse trabalho as salas de AEE dispõe de material didático adequado ou adaptado as necessidades do educando e de tecnologias assistivas de alta tecnologia como TV, DVD, computadores, tablet, celular e tecnologias de baixa processos que são produzidas pelos educadores especializados para atender e contribuir com o desenvolvimento individual, considerando a acessibilidade do conhecimento a todos.

Nesta perspectiva, as tecnologias permitem a aprendizagem de novos conhecimentos que são integrados aos aspectos específicos e relevantes da estrutura cognitiva de forma organizada e conceptual dessa forma não há uma divergência entre aprender de maneira significativa ou mecânica há, portanto, uma relação de continuidade, por recepção ou por

descoberta ambas pode ocorrer simultaneamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Especial.** Política Nacional de Educação Especial. Brasília MEC/SEESP, 2006.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Saberes e práticas de inclusão: introdução.** 4ª Ed. Brasília, MEC, SEESP, 2006.

CAMARA, J. R. **Manual de Expressão oral e escrita**. Petrópolis: vozes, 2002.

DAMÁZIO, M.F.M. **Atendimento Educacional Especializado:** Pessoa com Surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2007, 52 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2005.

MONTOAN, N. R. E. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

FREIRE, Paulo**. A pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

QUADROS, R. N. de. **Ideias para Ensinar Português para alunos surdos**/ Ronice Müller de Quadros, Magali L. P. Schmiedt. Brasília: MEC/ SEEP. 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade;** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica,2005.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

TARDIF, Maurice. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.